



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
Contencioso Administrativo Tributário
Conselho de Recursos Tributários
1ª Câmara de Julgamento

Resolução Nº 549/2005.

Sessão: 190ª Ordinária de 18 de outubro de 2005

Processo Nº: 1/0951/2004

Auto de Infração Nº: 1/200401621

Recorrente: F.A.M. Estevão

Recorrido: Célula de Julgamento 1ª Instância

Relatora: Ana Maria Martins Timbó Holanda

EMENTA: ICMS - Descumprimento de Obrigação Acessória. Auto de infração Procedente. Recurso Voluntário conhecido e não provido. Mantida, sob fundamento diverso, a Procedência da ação fiscal. Decisão Unânime. Empresa lançou operações de vendas na GIM, sem, contudo, emitir os respectivos documentos fiscais. Infringência ao art. 174, inciso I do Decreto nº 24.569/97, combinado com o § 2º do art. 18 do Decreto 27.070/2003 e sanção prevista no art. 123, VIII, "d" da Lei 12.670/96.

RELATÓRIO:

Relata a inicial que:

“Deixou de cumprir as obrigações acessórias, conforme descrito abaixo”:

“Por ocasião das saídas a empresa de regime de recolhimento EPP deixou de emitir os documentos fiscais de janeiro a dezembro/2003 o valor de R\$ 311.560,34, tendo sido estas saídas lançadas nas GIM's nos períodos descritos”.

A autuante aponta os dispositivos infringidos e sugere a sanção prevista no artigo 123 VIII D da Lei 12.670/96.

Na informação complementar, a auditora fiscal ratifica a acusação descrita na peça inicial e esclarece que a empresa autuada informou nas GIM's vendas no valor de 402.604,32, enquanto as saídas acobertadas por documentos fiscais indicam o montante de R\$ 91.044,00, resultando em R\$ 311.560,34, referente à saída de mercadoria sem documento fiscal.

Às fls 04, encontra-se o Ato Designatório – Despacho nº 200403992, determinando a apuração e apreciação de documentos fiscais no período de 01.01. 2003 a 31.12.2003.

Os documentos de fls. 06/30 embasam o feito fiscal.

Não há apresentação de defesa.

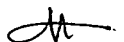
Na instância singular o auto de infração foi julgado Procedente, com reenquadramento da penalidade para o art. 123 III “b” da Lei 12.670/96.

Insatisfeita com a decisão singular, a empresa autuada interpõe Recurso Voluntário, alegando, em síntese, que as compras das mercadorias, bem como as vendas foram devidamente informadas nas GIM's, não tendo causado prejuízo ao Erário.

Considera inaceitável o entendimento adotado na autuação, pugnando pela improcedência do auto de infração.

O parecer da Consultoria Tributária, adotado na íntegra pela Doute Procuradoria Geral do Estado, opina pela confirmação da Procedência, fazendo ressalva quanto à indicação do montante para fins de aplicação da multa punitiva.

É o Relatório.



VOTO DA RELATORA:

Trata-se, neste caso, de infração decorrente da falta de emissão de documentos fiscais para acobertar saída de mercadoria, detectada mediante o confronto entre o valor das vendas lançado nas GIM's e valor dos documentos fiscais emitidos pela empresa autuada.

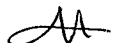
Com efeito, examinando a peça acusatória juntamente com a informação complementar, conclui-se que a procedência da ação fiscal deve ser mantida sob fundamentação diversa da contida na decisão singular, isto é, confirmada de acordo com o relato do auto de infração.

O posicionamento da autoridade julgadora em seu decisório reenquadrando a penalidade, não merece acolhimento, haja vista a falta de proporcionalidade entre a infração cometida pela recorrente e a sanção imposta na sentença monocrática.

Enquanto o Auto de Infração acusa a empresa de descumprimento de obrigação acessória por ter lançado na GIM, valor referente à venda de mercadoria sem a emissão do documento fiscal pertinente, a decisão singular impõe à autuada a sanção prevista no art. 123, III, b da Lei 12.670/96 que estabelece multa punitiva de 30% sobre o valor da operação.

Examinando a decisão singular, observo um certo descompasso entre a infração cometida pela empresa autuada e a penalidade aplicada pela autoridade julgadora. A multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor da operação não guarda coerência com a de falta de emissão de documentos fiscais quando o imposto encontra-se declarado em lançamento feito na GIM.

Por ocasião do julgamento, e durante os debates, o douto procurador do Estado, sensível ao fato descrito nos autos, retificou o entendimento anteriormente adotado, afirmando os autos que: "O agente fiscal caracterizou a infração como sendo descumprimento de obrigação acessória, sugerindo a aplicação da correspondente infração. A caracterização realizada pela julgadora singular, extrapolando o âmbito da infração apontada pelo agente fiscal, constitui-se em inovação do feito. Por esta razão há de ser mantida a infração apontada na inicial (descumprimento de obrigação acessória).



Em manifestação acerca do Procedimento Administrativo que alicerça a presente ação fiscal, o douto Procurador do Estado, Dr. Matteus Viana Neto asseverou que:

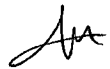
“O nome jurídico que é dado ao ato administrativo é irrelevante para caracterizar a natureza jurídica desse ato: importa seu conteúdo e sua obediência aos requisitos formais. Por conseguinte, se a ordem de fiscalização é denominada “despacho”, tal nome é irrelevante para caracterizar o ato. Preenchido os requisitos o ato é válido”.

Isto posto, conheço do Recurso Voluntário, nego-lhe provimento e voto no sentido de que seja mantida a Procedência da acusação fiscal por descumprimento de obrigação acessória, na forma reclamada na inicial e de acordo com parecer da Douta Procuradoria Geral do Estado, alterado em sessão e contido nos autos mediante despacho.

É o voto.

DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

MULTA.....40 UFIRCE



DECISÃO:

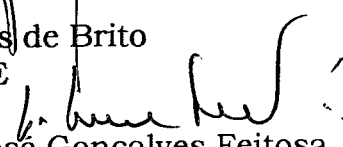
Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente F.A.M. Estevão e recorrido a Célula de Julgamento de 1ª Instância.

RESOLVEM os membros da 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do recurso voluntário, negar-lhe provimento para decidir pela Procedência da ação fiscal na forma da autuação, contrariamente à fundamentação contida na decisão singular, em conformidade com o parecer da douta procuradoria Geral do Estado, alterado em sessão e presente aos autos, mediante despacho. Ausente por motivo justificado a conselheira Helena Lúcia Bandeira Farias.

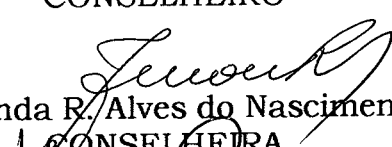
SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 10 de Novembro de 2.005.


Alfredo Rogério Gomes de Brito
PRESIDENTE


Ana Maria Martins Timbo Holanda
CONSELHEIRA RELATORA


José Gonçalves Feitosa
CONSELHEIRO


Manoel Marcelo A. Marques Neto
CONSELHEIRO


Fernanda R. Alves do Nascimento
CONSELHEIRA


Fernando Cezar C. A. Ximenes
CONSELHEIRO


Frederico Hozanan Pinto de Castro
CONSELHEIRO


Helena Lúcia Bandeira Farias
CONSELHEIRA


Vito Simon de Moraes
CONSELHEIRO


Mateus Viana Neto
PROCURADOR DO ESTADO